Governo do Distrito Federal
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Conselho Administrativo

ATA - IPREV/CONAD

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - IPREV-DF - CONAD

Aos oito dias mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e doze minutos, por meio de videoconferência, realizou-se a Septuagésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - CONAD/Iprev-DF, instituído pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, como órgão superior que integra a estrutura do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. A sessão foi presidida pelo Presidente deste Conselho, sr. Rogério Oliveira Anderson. Conforme disposto pelo art. 88 da Lei Complementar nº 769/2008, participaram da reunião os seguintes **Conselheiros Titulares representantes do Governo**: Juliana Neves Braga Tolentino, representante da Secretaria de Estado de Fazenda do DF; **Paulo Cavalcanti de Oliveira,** representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal; e Inaldo José de Oliveira, representante da Câmera Legislativa do Distrito Federal. **Conselheiros Suplentes representantes do Governo**: Cristiano Lopes da Cunha, representante da Casa Civil do Distrito Federal; Ledamar Sousa Resende, representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do DF; Ana Carolina Reis Magalhães, representante da Procuradoria-Geral do DF; e Raquel Galvão Rodrigues da Silva, representante do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. **Conselheiros Titulares representantes dos segurados, participantes ou beneficiários indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal conforme signatários:** Rejane Vaz de Abreu, Ana Paula Machado Neves, Marcelo Mota de Queiroz, Saulo de Oliveira Nonato, Rogério Oliveira Anderson, Cássia Maria de Souza Barreto e Rafael Teixeira Cavalcante. **Conselheiros Suplentes representantes dos segurados, participantes ou beneficiários indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal conforme signatários:** Não teve participação. Registra-se que, em razão da ausência dos Conselheiros Titulares, os Conselheiros Suplentes Cristiano Lopes da Cunha; Ledamar Sousa Resende; Ana Carolina Reis Magalhães; e Raquel Galvão Rodrigues da Silva participaram desta reunião na qualidade de Conselheiros Titulares. Registra-se também que participaram desta reunião, na qualidade de convidados, os seguintes servidores do Iprev-DF: Célia Maria Ribeiro de Sales, Diretora de Administração e Finanças; Paulo Henrique de Sousa Ferreira, Diretor de Previdência; Thiago Mendes Rodrigues, Diretor de Investimentos; Luiz Gustavo Barreira Muglia, Diretor Jurídico; Jucélio Duarte, Chefe da Unidade de Comunicação Social; Sylvia Neves Alves, Diretora de Governança, Projetos e *Compliance*; Márcio Eduardo de Moura Aquino, Chefe da Controladoria; Jucelina Santana da Silva, Chefe da Unidade de Atuária; Lucas Fernandes de Azevedo, Chefe da Unidade de Gestão dos Ativos Não-Financeiros do Fundo Solidário Garantidor; Anny Caroline Alves de Oliveira, Secretária Executiva dos Conselhos e Marina Gomes da Silva Nunes, Assessora Especial da Presidência. Havendo quórum legal, o Presidente do Conselho de Administração, Rogério Oliveira Anderson, declarou aberta a reunião, passando-se, então, à apreciação de parte dos informes gerais, visando a posse da nova conselheira, sra. Ledamar Sousa Resende, representante suplente da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do DF. Em seguida, o Presidente Rogério passou para o **Item I - Leitura e Aprovação da Ata e do Extrato da Ata da 75º Reunião Ordinária.** Dispensada a leitura da Ata, haja vista ser de conhecimento de todos os conselheiros e não havendo divergências, foi aprovada por unanimidade, com a exceção da conselheira Ledamar Resende e da conselheira Ana Carolina Magalhães, por terem expressado pela abstenção na aprovação da Ata tendo em vista que não participaram da reunião referente a matéria. Observa-se que a Ata aprovada será disponibilizada para posterior assinatura, com vistas à inserção no Sistema Eletrônico de Informações - SEI-GDF e publicação do Extrato no DODF. Após, com a palavra, o sr. Thiago Rodrigues, Diretor de Investimentos - DIRIN, solicitou a inversão na pauta. Passou-se para o **Item IV - Apresentação de**

informações sobre a reavaliação das ações em razão do processo de avaliação do balanço do BRB - Diretoria de Investimentos. O Diretor Thiago Rodrigues abordou o art. 2º, da Lei Complementar nº 920, de 1º dez. 2016. Discorreu que em 2017 foi calculado o valor de R$ 531.417.179,35 de repasse devido, contou sobre os comandos recebidos do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Secretaria de Previdência sobre a avaliação do valor das ações, falou sobre os valores das ações recebidas em 2017 e o valor por ação, abordou os desdobramentos de ações em 2021 e comentou que foram enviados Ofícios ao Banco de Brasília S.A. - BRB com pedido de informações sobre o *valuation* do banco; sobre impactos no balanço e no lucro do BRB decorrentes de cumprimento de decisão do Banco Central, bem como o acesso à referida decisão; e Informações sobre o planejamento de possível oferta de ações do BRB (*follow on*) em 2024. Por fim, narrou sobre o impedimento da CVM na participação de conselhos do BRB, expressou a lacuna de governança pelo Iprev-DF não possuir cadeira no Conselho de Administração ou no Conselho Fiscal do BRB. Em seguida, o conselheiro Rafael Cavalcante questionou sobre o valor de mercado das ações do BRB. O sr. Thiago Rodrigues respondeu sobre o valor estimado a valor de mercado. Após, o conselheiro Rafael Cavalcante questionou o motivo de o Iprev-DF não ter cadeira no conselho do BRB e a conselheira Raquel Galvão transmitiu informações sobre a questão da representação da minoria no assento dos conselhos do BRB, devido ao conflito de interesses abordado na decisão da CVM e que a questão foi judicializada via Procuradoria-Geral do Distrito Federal. O conselheiro Rafael Cavalcante questionou se o Iprev-DF participou de alguma decisão do BRB, a conselheira Raquel Galvão respondeu que não. Após, o conselheiro Paulo Cavalcanti questionou sobre a vaga, comentando que se recordava que o Iprev-DF não teve vaga no conselho do BRB enquanto minoritário, disse que na época a vaga era do Governo. A conselheira Raquel Galvão teceu esclarecimentos. O conselheiro Paulo Cavalcanti fez a proposta de se provocar o Governo, buscando sensibilizar, sobre a possibilidade de assento para representante do Iprev-DF junto com os indicados pelo Governador para que os servidores do Governo do Distrito Federal - GDF possam se sentir representados no BRB e como forma de solução devido à decisão da CVM. A conselheira Ledamar Resende sugeriu deixar o tema para uma próxima pauta, pois comentou de Decisão recente do TCDF, dizendo que precisaria ser servidor da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do DF – Seplad-DF e efetivo. Imediatamente o conselheiro solicitou expressamente que a sua proposta ficasse registrada em Ata. O Presidente Rogério Anderson fez comentários sobre o tema e concorda com a proposta do conselheiro Paulo Cavalcanti, seguiu solicitando que o Diretor de Investimentos explanasse sobre as notícias da imprensa, pois não se recorda da discussão de desdobramentos em 2021 ter sido passada pelo Conselho, falou que poderia não ter participado da reunião. Citou a surpresa sobre a reavaliação devido a decisão do Banco Central e sobre o patrimônio solicitando que o Diretor Thiago abordasse sobre as possíveis consequências do ponto de vista do resultado do desempenho do Iprev-DF. Em resposta, o Diretor comentou que no momento seria especulação pois não se teve resposta formal do BRB. Assim, falou que poderia acontecer um pedido de aumento de provisão junto ao BRB e uma queda de lucro líquido para os próximos anos devido ao ajuste contábil, afetando os dividendos e o valor da ação, mas tudo depende da resposta do Banco. Após, o Presidente Rogério Anderson sugeriu o envio de convite ao Diretor-Presidente do BRB, para esclarecimentos para subsidiar o tipo de posicionamento que se pode levar ao Governo devido ao valor elevado de ações. O conselheiro Inaldo de Oliveira solicita que o Diretor Thiago Rodrigues complemente a análise sobre os possíveis impactos no Fundo Solidário Garantidor – FSG e da possível revisão sobre o repasse do BRB. O Diretor comentou sobre o possível efeito patrimonial e também uma expectativa menor nos rendimentos para o FSG. O conselheiro Inaldo de Oliveira comentou que a sua preocupação seria sobre possível devolução do dinheiro. A conselheira Ledamar Resende comentou que o Presidente do Banco foi chamado para prestar esclarecimentos junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e que poderiam aguardar. Os conselheiros comentaram sobre a possibilidade de representante do Conselho participar da reunião da CLDF. O Presidente Rogério Anderson reforçou que o conselho não pode deixar de tentar exercer os direitos referentes à participação no capital social e passou a votação sobre a proposta do conselheiro Paulo Cavalcanti de propor que o GDF disponibilize uma das vagas do Governo nos conselhos para um representante do Iprev-DF, pois já foi solucionado dessa forma em outro período. Após votação, por unanimidade o Conselho decidiu encaminhar solicitação ao Governador do Distrito Federal, com a sugestão de que se faça contar nas vagas destinadas ao Governo no Conselho de Administração do BRB, um representante do Iprev-DF. O segundo encaminhamento foi sobre o convite ao Presidente do BRB com o tema sobre as informações sobre impactos no balanço e no lucro do Banco decorrentes de cumprimento de decisão do Banco Central, bem como o acesso à referida decisão e quais as

consequências aos direitos de acionistas. O conselheiro Rafael Cavalcante sugeriu envolver o Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos e Análise de Riscos, devendo estar presentes o Diretor de Investimentos e a Diretora-Presidente do Iprev-DF na reunião com o representante do BRB. De forma unânime foi aprovado o envio do Ofício com o convite. Após, o conselheiro Rafael Cavalcante solicitou o encaminhamento da participação de representante do Conselho na reunião a ser realizada na CLDF com o Presidente do BRB, todos os membros votaram favoráveis, acatando a sugestão do conselheiro. O conselheiro Inaldo de Oliveira sugeriu o Presidente do Conselho e a Diretora-Presidente do Iprev-DF participassem da reunião e que constasse na mensagem os valores das ações para sensibilizar a autorização na participação da reunião na CLDF. **Item II - Política de Investimentos - 2024 - Diretoria de Investimentos.** Com a palavra, o Diretor Thiago Rodrigues, iniciou falando que foi encaminhado para todos os conselheiros o documento da Política de Investimentos – 2024 e do Plano de Gestão Imobiliária, documento com 189 páginas e que iria apresentar de forma sumária os principais pontos, disse que está aberto a dúvidas, sugestões e aprimoramentos. Assim, por meio de slides, iniciou a apresentação composta pelos seguintes itens: modelo de gestão; a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos; os parâmetros de rentabilidade perseguidos; os limites utilizados para investimentos; a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para: precificação dos ativos, para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento; para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimento o plano de contingência. Ao longo da apresentação, o conselheiro Paulo Cavalcanti questionou sobre o a diferença entre o parâmetro de rentabilidade do fundo capitalizado (FC) e do fundo financeiro (FSG) com IPCA + 5,02% e IPCA + 1,12%, respectivamente. Imediatamente, o Diretor Thiago Rodrigues respondeu sobre o método de cálculo, comentou sobre a taxa de performance e caminhos que podem ser tomados. A conselheira Raquel Galvão complementou a explicação. O conselheiro Paulo Cavalcanti indagou se os valores não poderiam ser tratados dentro do próprio fundo em termos de meta, os ativos financeiros e os ativos não financeiros. O Diretor respondeu que existem metas e referenciais com relação a cada tipo de investimento. O conselheiro Paulo Cavalcanti falou que nas apresentações seria interessante apresentar de forma separada para que o Conselho compreenda melhor o que está sendo ganho com o financeiro e não contaminar a análise do Conselho sobre o não financeiro. O Diretor Thiago Rodrigues e a conselheira Raquel Galvão fizeram apontamentos sobre a questão. Sobre o Plano de Gestão Imobiliária – PGI, apresentou as diretrizes legais e instrumentos normativos; panorama do mercado imobiliário e expectativas; o diagnóstico completo dos imóveis da carteira; ações concluídas em 2023; ações em andamento; administração de ações da carteira de imóveis; referencial de rentabilidade dos ativos imobiliários – abordou um aspecto de que o FSG, por Lei, possui a expectativa de recepção de no mínimo 50% das novas receitas não tributárias (Lei Complementar nº 932/2017, art. 47), informou que até o momento não foram recebidas, mas que existe processo em trâmite, disse que a matéria foi observada pelo TCDF; por fim exibiu a proposta de encaminhamento dos imóveis, terrenos e glebas. Com a palavra, o Presidente Rogério Anderson esclareceu que o Conselho irá aprovar ou não aprovar a Política na próxima reunião e que se houver dúvida sobre o que foi apresentado que usem da palavra. Ainda com a palavra, o Presidente comentou sobre a dificuldade de se dar destinação aos imóveis, enalteceu o trabalho da equipe operacional e expressou que gerir e administrar imóveis não tem relação com o círculo operacional do Iprev-DF, mas que devem zelar pelo patrimônio. O conselheiro Inaldo de Oliveira comentou sobre a proposta de aumento de investimento internacional, indagou ao Diretor sobre a razoabilidade de se fazer isso no momento e disse não estar confortável. Imediatamente, o conselheiro Paulo Cavalcanti expressou a ideia de se fazer reuniões sobre os temas separados (do financeiro e do não financeiro) para debates e concentrar no assunto. O Diretor Thiago Rodrigues, abordou que em termos de conjuntura e diversificação os ativos internacionais são indicados para todo investidor e teceu comentários sobre a estratégia. Foi abordado pela conselheira Raquel Galvão que a Diretoria está disponível para as reuniões, caso o conselho deseje. A conselheira Ledamar Resende falou que a análise individual também é produtiva e que poderiam enviar as sugestões à Diretoria. O conselheiro Inaldo de Oliveira perguntou sobre qual empresa realizou a última avaliação dos imóveis, citou a divergência dos valores. A conselheira Raquel Galvão relembrou sobre reunião do colegiado em que a avaliação foi apresentada e que existe processo disponibilizado na área do CONAD sobre o assunto. O conselheiro Paulo Cavalcanti comentou que não se recorda, mas que acreditava que na avaliação passada defendeu a Terracap como órgão oficial das avaliações e que se foi apresentada gostaria de ver a avaliação. A conselheira Raquel Galvão abordou que poderia colocar os processos à disposição, lembrou de como foram feitas as primeiras avaliações, na

entrega dos imóveis, e como foi acolhida a escolha da avaliação da Terracap. O conselheiro Paulo Cavalcanti comentou que escolheram o menor valor. A conselheira Raquel Galvão sugeriu pela busca da Ata de quando foi feito o deferimento das razões da escolha. O conselheiro Paulo Cavalcanti sugeriu a busca da Ata sobre a reavaliação e o processo da contratação. Com a palavra o conselheiro Rafael Cavalcante abordou sobre a Política de 2024, complementando sobre a manutenção do limite em 10%, corroborando com o que conselheiro Inaldo de Oliveira havia expressado de se ter um limite para o próximo ano mais conservador, sugeriu a redução de limite na Política de Investimentos no exterior e questionou sobre o impacto da rentabilização dos imóveis no ano. O Diretor Thiago Rodrigues falou que a questão de reduzir o limite no exterior é um ajuste fácil de se fazer e que o debate da Política é para isso e solicita que sejam enviadas as sugestões, já com relação ao impacto de rentabilização dos imóveis comentou sobre a possibilidade de instrumentos para utilizar além da permuta e da alienação. O conselheiro Paulo Cavalcanti reforçou o pedido de mais reuniões, lembrou que havia pedido o levantamento dos valores e o quanto deveria ser hoje em termos de meta, com quanto estaríamos em recurso, mostrando quanto deixamos de ganhar se o valor tivesse aplicado. Expressou sobre receio de invasão em algumas áreas, comentou sobre a realização de reuniões, sobre a valorização dos terrenos, mudança de destinação, grupo de trabalho. O Presidente Rogério Anderson comentou sobre as pertinentes colocações do conselheiro Paulo e ressaltou que devesse estudar as possibilidades do que se pode fazer enquanto CONAD, falou para constar em Ata que a Diretoria do Iprev-DF está sendo orientado expressamente a adotar as providências que o conselheiro Paulo Cavalcanti sugeriu e incluí-las na Política de Investimento do próximo exercício. O conselheiro Rafael Cavalcante comentou sobre o grupo de trabalho dos imóveis que havia sido aprovado em reunião anterior, afirmou que tinha se colocado como membro participante e sugeriu a retomada. A conselheira Raquel Galvão relembrou que o grupo era composto pelo conselheiro Rafael Cavalcante, conselheira Cássia Barreto, conselheiro Marcelo Queiroz, destacou que o Diretor-Presidente Paulo, a época em que foi constituído o grupo, deixou o Instituto a disposição para reuniões, convocações, esclarecimentos, documentos necessários e deliberações que deveriam ser encaminhadas. Falou sobre o plano de ação que existe no PGI e que está sendo executado na fase administrativa de execução do 1º bloco. Com a palavra o conselheiro Rafael Cavalcante disse que o grupo de trabalho é do Iprev-DF com a participação do Conselho, ressaltou que os membros aceitam participar, mas que não são os conselheiros que irão propor reunião, dentre outras coisas. O Presidente Rogério Anderson sugeriu verificar como constou em Ata, disse que o CONAD é um Conselho Deliberativo e uma instância de controle, mas disse que as iniciativas abordadas devem partir do Iprev-DF e sugeriu que se a conselheira e Diretora-Presidente Raquel Galvão concordasse, poderiam agendar reunião informal para tratar desse tema específico. A conselheira Raquel Galvão concordou. Com a palavra o conselheiro Paulo Cavalcanti questionou sobre qual é a destinação da gleba da saia velha. O sr. Lucas Azevedo disse que a menor já possui destinação para a área industrial, mas não possui projeto urbanístico e a gleba 4 ainda é uma área sem destinação, podendo ser urbanizada, mas não está ainda como área urbana e que precisaria de projeto urbanístico para a área. Disse que o Instituto teve reunião com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Seduh, foram consultadas empresas para fazer o movimento do projeto urbanístico, contudo não se teve orçamento para fazer no momento e relembrou que o ex Diretor-Presidente Paulo havia passado essas informações ao conselho em reunião. O conselheiro Paulo Cavalcanti disse que não se recorda e que essa proposta não está no plano apresentado, expressou que conversas são necessárias e que não se pode dar prejuízo e vender, reforçou que todos os passos devem ser muito bem justificados e que se deve tomar cuidado com o futuro pois é muito complicado daqui cinco anos explicar prejuízo. A conselheira Ledamar Resende falou que a Política é uma diretriz e está posta justamente para isso, que é um período, é anual para dizer o que se precisa fazer e depois como e quando poderia ser feito, disse que ninguém está dizendo que será vendida amanhã e que quando tiver uma proposta, precisa de deliberação do Conselho para aprovar. O presidente Rogério Anderson também comentou da aprovação. O conselheiro Paulo Cavalcanti expressou que o voto dele será de abstenção. A conselheira Ledamar Resende teceu comentários e sugeriu que disponibilizasse os processos. O conselheiro Paulo Cavalcanti questionou se teve avaliação da Terracap, o conselheiro Inaldo de Oliveira comentou que o conselheiro Paulo Cavalcanti estava questionando sobre a última avaliação. A conselheira Raquel Galvão informou que a Terracap não participou da reavaliação de 2022 pois o preço da Terracap era maior que o da empresa contratada e por questão de responsabilidade à legalidade, por ter preço menor, o Iprev-DF contratou a de menor preço. Em seguida, a conselheira Raquel Galvão mostrou a página 121 da Política de Investimentos, existe total descrição do projeto com as etapas das propostas e passou a palavra para o sr. Lucas Azevedo

para proceder a explicação detalhada da proposta do 1º e do 2º bloco. Com a palavra, o conselheiro Paulo Cavalcanti teceu comentários e disse que estava satisfeito com a conversa. A conselheira Raquel Galvão disse que irá providenciar a disponibilização de todos os processos, atas e demais informações na área do CONAD no SEI para acesso dos Conselheiros. O Presidente Rogério Anderson sugeriu que nos 30 (trinta) dias até a aprovação ou não da Política, pois o volume apresentado prejudica a análise e que poderiam dividir os temas, sugeriu reunião na próxima terça-feira para tirar dúvidas. O Presidente Rogério Anderson teceu comentários sobre a prestação de contas e a conselheira Raquel Galvão comentou que a apreciação da prestação de contas é realizada no mês de abril. A conselheira Raquel Galvão registrou os parabéns aos membros que compõe atualmente o Conselho Fiscal, pelo eficiente trabalho que vem realizando na apreciação das contas do Iprev-DF. O conselheiro Rafael Cavalcante sugeriu extraordinária para maior participação, mas que deixava para o Conselho decidir. A conselheira Ledamar Resende sugeriu que participasse das duas reuniões os conselheiros que estão com dúvidas. A conselheira Raquel Galvão citou os trâmites da reunião extraordinária. O Presidente Rogério Anderson sugeriu que fosse realizada reuniões informais, com a primeira reunião marcada para o dia 13/11 e a segunda no dia 21/11. Na leitura da pauta, o Presidente Rogério Anderson indagou aos demais membros se concordam com a transferência dos **itens V e VI** da convocatória para a próxima reunião do colegiado devido ao avançar da hora. Após concordância de forma unânime e de o conselheiro Rafael Cavalcante comentar que como o **Item VI** seria uma prévia, poderia ser apresentado na próxima reunião a apresentação completa, comentário aprovado pelo Presidente. Assim, passou-se para o **item III - Resultado dos Investimentos (setembro/2023) e estratégia de investimentos (novembro/2023) – Diretoria de Investimentos.** O Diretor Thiago Rodrigues abordou apresentação contemplada no âmbito do CIAR. Citou que o mês de setembro foi desafiador, observou-se rentabilidade negativa de R$ 36 milhões de reais no FSG. Disse que se teve estresse na renda variável e na renda fixa, mas, que no ano, está positivo, em R$ 282 milhões de reais. Após mostrou quadro com a gestão dos recursos, comentou a divisão segmentada da análise da carteira e que estão respeitando os limites que a legislação e a Política de Investimentos impõe. Em seguida, apresentou a determinação de setembro: 1) Rebalanceamento dos FIE para FIE/Multimercado - Realocação de R$154,8 milhões (3,88%); 2) Realocação de IBOV/IBX para IRF-M1 / IRF-M - Realocação de R$50 milhões (1,25%); e 3) Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2055 para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 / TPF (2024) - Realocação de R$100 milhões;(5%), com as determinações 1 e 2 sendo executadas em 100% e a determinação 3 em 87,57%. Logo depois, mostrou as descrições das quatro operações realizadas com os devidos Fundos de Investimentos, CNPJ, Resgate, Aplicação e Benchmark. O conselheiro Rafael Cavalcante perguntou se foram zerados os fundos com a Grid, o Diretor Thiago respondeu que em dois fundos sim, mas que ainda possuem fundos que estão perfomando bem e estão avaliando sobre o melhor momento para saída. Após, informou sobre a análise da carteira do Fundo Capitalizado - FC com o Benchmark, valor, percentual, rendimentos no mês e rendimentos acumulados, disse que por ser um Fundo fortemente exposto a Renda Fixa e a Títulos Públicos, marcados na curva, se teve uma apreciação no patrimônio líquido, com R$ 2 milhões de reais no mês e acumulado de R$ 45 milhões. Mostrou quadro com a gestão dos recursos, comentou a divisão segmentada da análise da carteira e que estão respeitando os limites que da legislação e da Política de Investimentos. Abordou a determinação para o referido Fundo foi de 1) CDI/Crédito Privado para IBOV/IDIV/SMALL Realocação de R$10 milhões (1,52%), sendo executado por prudência 0,00%; 2) Desconcentração de CDI para IDKA-IPCA 2A / IMA-B 5 - Realocação de R$40 milhões (6,11%), sendo executado 45,25%; e 3 Desconcentração de CDI/Crédito Privado para IRF-M / IRF-M1 Realocação de R$10 milhões (1,52%), determinação executada em 100%. Exibiu a operação executada com os devidos Fundos de Investimentos, CNPJ, Resgate, Aplicação e Benchmark. Após, falou sobre a síntese detalhada da performance da carteira com dados do IPCA em setembro de 0,26%; Meta do FSG (IPCA+1,05%) de 0,34% em setembro, com rentabilidade acumulada de 7,74%; Meta do FC (IPCA+2,92%) de 0,49% em agosto, com rentabilidade acumulada de 8,55%; já em setembro o Fundo Financeiro apresentou rentabilidade nominal de R$ 4.240.810,81, e o Fundo Administrativo teve a rentabilidade nominal de R$ 19.205,80. Ato contínuo, apresentou para conhecimento do colegiado, a estratégia aprovada pelo CIAR para novembro de 2023. FSG: 1) Desconcentração de CDI para Alocação Dinâmica Realocação de R$50 milhões (1,30%); 2) Realocação de IBOV/IBX para IDKA-IPCA 2A / IMAB-5 Realocação de R$30 milhões (0,78%); e 3) Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2055/2060 para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 / TPF (2024) Realocação de R$100 milhões;(2,61%). Já ao FC: 1) Desconcentração de CDI para IDKA-IPCA 2A / IMA-B 5 - Realocação de R$30 milhões (4,19%); 2) Realocação de CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2035 Realocação de R$50 milhões (6,99%). Nos assuntos gerais, informou o Processo

SEI-GDF nº 00413-00004765/2023-16 que contempla o Relatório. Após, o Presidente Rogério Anderson oportunizou que o colegiado tirasse dúvidas e esclarecimentos, caso tivesse, mas nenhum conselheiro fez uso da palavra, passando-se ao **Item VII - Informes Gerais**. A assessora Marina Nunes comentou que haviam antecipado a posse da conselheira Ledamar Resente. A conselheira Raquel Galvão pediu a palavra para convidar os membros do colegiado a participarem de reunião com a apresentação da XP Investimentos sobre o Fundo Patria Infraestrutura V Advisory FIP, conforme disponibilizado no grupo. Em seguida, a conselheira Raquel Galvão apresentou o sr. Luiz Muglia, o novo Diretor Jurídico do Iprev-DF, que se apresentou brevemente, concluindo os informes gerais. O novo Diretor foi recepcionado pelos conselheiros. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Rogério Anderson encerrou a sessão às 12 horas e 51 minutos e eu, Marina Gomes da Silva Nunes, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será disponibilizada no Processo SEI-GDF nº 00413-00000140/2023-85, para ser assinada eletronicamente pelos Conselheiros Titulares presentes na reunião e publicada no DODF.

Assinaturas:

Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO OLIVEIRA ANDERSON - Matr.0277829-7**, **Membro do Conselho de Administração**, em 27/12/2023, às 16:48, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO LOPES DA CUNHA - Matr.0281668-7**, **Conselheiro(a) suplente**, em 28/12/2023, às 17:08, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **LEDAMAR SOUSA RESENDE - Matr.0284113-4**, **Conselheiro(a) suplente**, em 28/12/2023, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **REJANE VAZ DE ABREU - Matr.0281776-4**, **Membro do Conselho de Administração**, em 28/12/2023, às 17:31, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA NEVES BRAGA TOLENTINO - Matr.0280936-2**, **Membro do Conselho de Administração**, em 28/12/2023, às 17:40, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA MACHADO NEVES - Matr.0277822-X**, **Membro do Conselho de Administração**, em 28/12/2023, às 17:41, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **128649213** código CRC= **FD58F3B0**.

Sítio - www.iprev.df.gov.br